

# **RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO INTERNA À LUZ DAS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS PROPOSTAS PELO SINAES: ESTUDO DE CASO EM UMA FACULDADE PRIVADA**

**Cíntia Cândida Santos<sup>1</sup>, Eliezer Carneiro de Oliveira<sup>1,3</sup>, Lauricio Antonio Cioccarri<sup>2</sup>**

*<sup>1</sup> Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco. Avenida Laerton Paulinelli 153, CEP 35595-000, Monsenhor Parreiras, Luz, Minas Gerais, Brasil.*

*<sup>2</sup> Programa de Pós-graduação Lato Sensu à distância em Gestão Estratégica do Ensino Superior. Universidade de Santo Amaro. Polo Educacional de Luz – MG. Avenida Laerton Paulinelli 153, CEP 35595-000, Monsenhor Parreiras, Luz, Minas Gerais, Brasil.*

*<sup>3</sup> Autor correspondente. E-mail: ecdoliveira@fasf.edu.br*

## **RESUMO**

Este artigo visou verificar, sob o ponto de vista das dez dimensões institucionais, conforme o art. 3º, da Lei nº 10.861/2004 (SINAES), a contribuição da autoavaliação interna para melhoria da qualidade dos serviços educacionais em uma faculdade privada, localizada em um município do interior de Minas Gerais, no período de 2012 a 2014. Para tanto, a base metodológica foi constituída por pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, específica a um estudo de caso numa faculdade, em que foi feita uma análise documental. Com os dados levantados, tratados e analisados, chegou-se aos resultados: a IES teve conceito Muito Bom na avaliação das dimensões institucionais no contexto global, com destaque para as dimensões D3 – Responsabilidade social da IES; D4 – comunicação com a sociedade; D6 - organização e gestão da instituição; D7 - infraestrutura física; D8 - Planejamento e avaliação e D9 - Políticas de atendimento aos estudantes; que tiveram índices acima de 3,50 representando conceito Muito Bom. Por outro lado, foram identificadas fragilidades em dimensões com índices cujos valores estavam abaixo de 3,0 que foram as dimensões institucionais D1 – Missão e Plano de desenvolvimento Institucional e D2 – Políticas de ensino, pesquisa e extensão; todavia, tais fragilidades foram potencializadas em pontos fortes mediante a adoção de Plano de Metas definido entre a CPA e responsáveis por órgãos administrativos da IES. Portanto, conclui-se que os resultados da autoavaliação interna da IES contribuiram para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais no período investigado.

**Palavras-chave:** Autoavaliação Interna; Instituição de Educação Superior (IES); Melhoria Qualidade do Ensino; Dimensões institucionais.

---

## ABSTRACT

This article aimed to verify from the point of view of the ten institutional dimensions, as in the article 3rd of Law No. 10,861/2004 (SINAES), the contribution of the internal self-assessment to improve the quality of educational services in a private college located in a municipality in the heartland of Minas Gerais, from 2012 to 2014. Therefore, the methodological basis was composed by qualitative research, descriptive character, specific to a case study in a college where a documental analysis was done. With the data collected, processed and analyzed, the following results were found: The Higher Education Institution (HEI) has the concept Very Good in the evaluation of institutional dimensions, highlighting the D3 dimensions - Social Responsibility of the HEI; D4 - communication with the society; D6 - organization and management of the institution; D7 - physical infrastructure; D8 - Planning and evaluation and D9 - Care policies for students; who had up 3.50 indices representing the concept Very Good. On the other hand, weaknesses were identified in the dimensions whose indexes' rates were below 3.0, which were the institutional dimensions D1 - Institutional development and Mission Plan and D2 - Teaching Policies, research and extension; however, these weaknesses were leveraged into strengths through the adoption of Target Plan defined between the PEC (CPA in Portuguese) and administrative bodies responsible for the HEI. Therefore, it is concluded that the results of the internal self-assessment of the HEI contributed for the improvement of the educational service's quality in the period of study.

**Keywords:** Internal Self-Assessment; Higher Education Institution (HEI); Improvement of the education's quality; Institutional dimensions.

## INTRODUÇÃO

A Avaliação da Educação Superior tem sido objeto de discussão no país, principalmente, a partir do ano de 1985, quando teve início a Nova República, em que o processo de redemocratização da sociedade brasileira impulsionou mudanças estruturais em todos os segmentos constituintes da sociedade. No âmbito da Educação Superior, tais mudanças foram impulsionadas pela Constituição Federal (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 e Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES.

Ancorado no exposto, é importante procurar entender como a Educação Superior é regulada e normatizada e de que forma as IES são avaliadas. Para isso, este estudo trata de um Trabalho de Conclusão de Curso, de curso de pós-graduação *lato sensu*, sobre o tema Avaliação Institucional na Educação Superior. E tem como objetivo verificar, sob o ponto de vista das dez dimensões institucionais, conforme o art. 3º, da Lei nº 10.861/2004 (SINAES), a contribuição da avaliação interna para melhoria da qualidade dos serviços educacionais em uma faculdade privada localizada em um município do interior de Minas Gerais, no período de 2012 a 2014, a fim de responder à questão de investigação: como os resultados da autoavaliação interna ajudam a melhorar a qualidade dos serviços prestados por uma IES?

No caso da faculdade, objeto de pesquisa deste estudo, a mesma faz parte do Sistema Federal de Ensino, enquadrando-se como IES criada e mantida pela iniciativa privada, que sob o ponto de vista da organização acadêmica, é uma IES que não tem autonomia didático-científica para criar novos cursos e, portanto, conforme o aspecto legal e normativo, precisa passar por avaliação externa, para criar novos cursos, bem como, reconhecer, renovar reconhecimento de cursos e/ou renovar o credenciamento da instituição, o que é feito mediante os resultados auferidos pela autoavaliação, avaliação externa e pelos resultados de indicadores de qualidade do ensino estabelecidos pelo MEC, que são o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC).

Vinculados aos indicadores mencionados, tem-se, também, a Lei nº 10.861/2004, que estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em que a avaliação das IES ocorre mediante ciclo trienal, integrando “a avaliação de instituições, dos cursos e de desempenhos dos estudantes (SINAES, 2009, p. 151)”.

Portanto, entender como a avaliação institucional no Ensino Superior é realizada e, sobretudo, de que forma uma Instituição de Educação Superior (IES) utiliza os resultados da autoavaliação interna e se compromete com a qualidade do ensino demonstra a relevância deste estudo, porque o aluno, ao receber ensino de qualidade, poderá ter uma formação profissional que o torne capaz de construir seu futuro e de ajudar a melhorar o meio socioambiental em que está inserido.

Para a realização deste estudo, a base teórico-metodológica foi construída a partir de abordagem qualitativa, auxiliada por pesquisa descritiva específica a um estudo de caso, sendo realizada uma análise documental. Já a base teórico-conceitual foi elaborada de acordo com os estudos de Dias Sobrinho (2003) sobre Avaliação da Educação Superior; do SINAES (2009)

referente aos princípios da avaliação institucional e de Brasil (2014) acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Portanto, este artigo está estruturado em três capítulos, que são: o capítulo um trata desta **Introdução**, em que foi contextualizado o assunto, apresentada a justificativa, o objetivo, a base conceitual e metodológica do estudo; o capítulo dois trata do **Desenvolvimento**, sendo a mesmo dividido em três partes, que são: (1) o Referencial Teórico; (2) a Metodologia; (3) os Resultados e a Discussão; o capítulo três trata das **Considerações Finais**, em que são apresentadas as principais conclusões acerca do estudo de caso realizado. Finaliza-se com a apresentação da lista de referências bibliográficas utilizadas para a fundamentação do estudo.

## **DESENVOLVIMENTO**

Esta seção é constituída por três partes, que são: primeira parte trata do Referencial Teórico, abordando assuntos referentes à Educação Superior e Avaliação da Educação Superior; a segunda parte trata de Metodologia, onde se descreve o percurso metodológico para a realização da investigação; a terceira parte corresponde aos Resultados e à discussão, onde são feitas as discussões pertinentes referentes aos resultados alcançados.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção são abordados, de acordo com a literatura consultada: Educação Superior; Avaliação da Educação Superior; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); os Instrumentos de avaliação mediados pelas dez dimensões institucionais do SINAES; a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

### **Educação superior**

O Sistema Nacional de Ensino (SNE) é constituído por instituições pertencentes à União, aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal (BRASIL, 2014). Ou seja, o SNE é composto pelo (1) Sistema Federal de Ensino, vinculado à União; (2) Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal; (3) Sistemas Municipais de Ensino, assim caracterizados:

1) Sistema Federal de Ensino, vinculado à União, conforme disposto no art. 16 da LDB, é constituído por “I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; III - os órgãos federais de educação.” (BRASIL, 2014, p. 16).

(2) Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com o art. 17 da LDB, é composto por:

I – as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo poder público estadual e pelo Distrito Federal; II – as instituições de educação superior mantidas pelo poder público municipal; III – as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada; IV – os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente. *Parágrafo único.* No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino (BRASIL, 2014, p. 16).

(3) Sistemas Municipais de Ensino: Nos municípios, o sistema de ensino, conforme dispõe o art. 18, é constituído por: “I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; III – os órgãos municipais de educação.” (BRASIL, 2014, p. 16).

As IES, conforme o art. 19 da LDB, sob o ponto de vista administrativo, são classificadas como (1) públicas, para aquelas “criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público” e (2) privadas, para aquelas “mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado” (BRASIL, 2014, p. 16).

No art. 20 da LDB, as IES são categorizadas em quatro tipos, que são: I - particulares em sentido estrito; II – comunitárias; III – confessionais; IV - filantrópicas, na forma da lei (BRASIL, 2014).

Com relação aos cursos e programas abrangentes da Educação Superior, a LDB, em seu art. 44, sinaliza para quatro tipos, que são: “I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência [...]; II – de graduação [...]; III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros [...]; IV – de extensão” (BRASIL, 2014, p. 29).

Nessa seção foi apresentada a composição do Sistema Nacional de Educação, com ênfase para a educação superior. A educação superior, de acordo com a LDB, no aspecto administrativo, é constituído por instituições públicas e privadas. As privadas podem ser: particulares, comunitárias, confessionais e/ou filantrópicas. E conforme sua complexidade,

podem ministrar cursos ou programas de quatro cursos que são: sequenciais; de graduação; de pós-graduação (mestrado, doutorado, especialização, aperfeiçoamento), de extensão.

Na próxima seção, será abordada a temática Avaliação da Educação Superior.

### **Avaliação da educação superior**

A avaliação da educação superior faz parte da política educacional brasileira, com o propósito de melhoria da qualidade da educação superior.

A avaliação, como política educacional e um dos pilares da educação superior, foi impulsionada pela edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, em que no art. 9º dispõe sobre aspecto a envolver o processo de avaliação, precisamente, nos incisos VII, VIII e IX:

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação; VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL, 2014, p. 13).

No art. 46, a LDB sinaliza sobre o processo de abertura de IES e cursos: “A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.” (BRASIL, 2014, p. 30).

A avaliação institucional foi implantada a partir de proposta contida no Plano Nacional de Educação em que deveria ser criado um sistema de avaliação nacional.

Em 2004, a União publica a Lei nº 10.861, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com o objetivo de implantar a avaliação na educação superior e possibilitar a melhoria da qualidade da educação superior no país (SINAES, 2009).

Na próxima seção, apresentam-se as principais características do SINAES.

### **SINAES**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, substituiu o modelo de avaliação baseado no Exame Nacional de Cursos (ENC) em vigor a partir da Lei nº 9.131/1995, cuja primeira edição foi em 1996.

Com a mudança, a Avaliação na Educação Superior alterou seu foco, possibilitando às Instituições de Educação Superior (IES) articular suas metas organizacionais às diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação nos graus de Bacharelado, de Licenciatura e de Tecnólogo, nas modalidades, presencial e a distância, com vistas à melhoria da qualidade do ensino ofertado aos alunos (MENEGHEL; ROBL; SILVA, 2006).

Não obstante, antes da criação do SINAES, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997 e 1998-2002), ocorreu um aumento no número de abertura de instituições. Todavia, a aferição da qualidade do ensino ofertado pelas IES era realizada mediante um sistema de avaliação que não conseguia avaliar as instituições nos quesitos (1) organização didático-pedagógico, (2) organização acadêmica e (3) infraestrutura, de forma abrangente e pró-ativa, porque o ENC, aliado ao Censo da Educação Superior e a avaliação *in loco* realizada por comissões externas do Ministério da Educação não conseguiram, juntos, avaliar as IES de forma que a qualidade dos serviços ofertados aos alunos fosse melhorada a cada ciclo avaliativo (VERHINE; DANTAS, 2005).

Por conseguinte, no período de 2003 a 2006, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Avaliação da Educação Superior teve novo viés, em que foi incorporado o SINAES e uma nova forma de avaliação das IES, cujas principais características foram: avaliação baseada em ciclos trienais; criação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), obrigatoriedade da avaliação interna anualmente, mediante comissão específica, a Comissão Própria de Avaliação (CPA); aperfeiçoamento das avaliações externas conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, teve por finalidade melhorar a qualidade e expandir a oferta da educação superior no país.

Segundo o INEP (2015), o SINAES é coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e operacionalizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

São objetivos do SINAES (INEP, 2004):

1 - Identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; 2 - melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta; 3 - promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia.

O SINAES (2009) estabelece oito princípios que, em sua totalidade, indicam a visão sobre o sistema de avaliação proposto pelo governo federal.

Os princípios são:

- (a) Educação é um direito social e dever do Estado: diz respeito à responsabilidade social em que IES e poder público devem se comprometer para oferecer aos estudantes “formação acadêmico-científica, profissional, ética e política dos cidadãos, à produção de conhecimentos e promoção do avanço da ciência e da cultura” (SINAES, 2009, p. 94).
- (b) Valores sociais historicamente determinados: a IES deve ter autonomia para contribuir para a formação do estudante e para a produção de conhecimento que visem ao desenvolvimento do país e contribuir para consolidar práticas políticas e éticas na sociedade brasileira.
- (c) Regulação e controle: diz respeito à forma como o Estado supervisiona, fiscaliza e regula a educação superior, sob o ponto de vista “filosófico, ético e político” de caráter formativo e construtivo, deixando a “função burocrática e legalista”, tão caracterizada nos primeiros processos avaliativos no país em que se priorizava o controle e relação (SINAES, 2009, p. 95).
- (d) Prática social com objetivos educativos: diz respeito à forma como a avaliação deve ser vista e utilizada. A avaliação no novo formato deve ser educativa e, portanto, formativa.

De acordo com o SINAES (2009, p. 96) a avaliação formativa:

interliga duas ordens de ação. Uma é a de verificar, conhecer, organizar informações, constatar a realidade. Outra é a de questionar, submeter a julgamento, buscar a compreensão de conjunto, interpretar causalidades e potencialidades, construir socialmente os significados e práticas da filosofia, política e ética educativas, enfim, produzir sentido.

- (e) Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado: refere-se ao respeito às diversidades existentes entre as IES, seja do ponto de vista administrativo, de organização acadêmica e da própria identidade das IES, pois, devido à dimensão territorial do país, cada região apresenta seus valores e culturas locais, que merecem atenção e respeito pelo Estado.
- (f) Globalidade: refere-se aos diversos instrumentos utilizados no processo de avaliação institucional, os quais podem ser vistos de forma global, caso contrário, conforme o SINAES (2009, p. 99): “A redução do fenômeno complexo e multidimensional da avaliação a um só ou a poucos de seus aspectos, sem articulação, traz o risco de passar a



ideia de que a avaliação se reduz a cada um desses instrumentos, em geral dedicados a medir, quantificar e comparar”

- (g) Legitimidade: a avaliação deve ter fundamento sobre o componente técnico (que exige o rigor científico para realizá-la), bem como, ser amparada pela legitimidade ética e política, “assegurada pelos seus propósitos proativos, respeito à pluralidade, participação democrática e também pelas qualidades profissionais e cidadãs de seus atores (SINAES, 2009, p. 100).
- (h) Continuidade: a avaliação não se realiza somente uma vez, mais deve ser incorporada à rotina da IES, fomenta a cultura de avaliação e, sobretudo, que a cada processo de avaliação concluído, que os resultados possam direcionar para a melhoria da qualidade da educação superior. Em síntese, conforme o SINAES (2009, p. 101), a partir da avaliação, características podem ser visualizadas, por exemplo: “justiça, rigor, efetividade, integração, globalidade, participação, eficácia formativa, efetividade social, flexibilidade, credibilidade, legitimidade, institucionalidade, continuidade, respeito à identidade institucional, sistematização”.

A partir dos princípios listados, o SINAES centraliza as avaliações em três tipos, que são: (1) a avaliação das instituições; (2) avaliação dos cursos e (3) avaliação do desempenho dos estudantes. Acrescenta a essas avaliações, os instrumentos complementares (composto por autoavaliação interna, avaliação externa, Enade, avaliação de cursos de graduação) e os instrumentos de informação (composto por censo da educação superior e o cadastro das instituições e de cursos e dados das Comissões de Avaliação Interna).

Os dados coletados a partir dos instrumentos complementares e dos de informação permitem ao SINAES “traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País.” (INEP, 2015).

Ademais, as informações do processo de avaliação do SINAES podem ser utilizadas por toda a sociedade (principalmente, por IES, órgãos governamentais, pais, estudantes) para orientação “da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social”, conforme sinaliza o INEP (2015).

Os componentes e os indicadores a serem utilizados nas avaliações institucionais são discutidos na próxima seção.

### **Instrumentos de avaliação mediados pelas dez dimensões institucionais do SINAES**

Os instrumentos complementares da avaliação proposta pelo SINAES são constituídos por: (a) autoavaliação interna; (b) avaliação externa; (c) Enade (d) avaliação de cursos de graduação; conforme detalhamento a seguir.

A autoavaliação interna e a avaliação externa são realizadas de acordo com as dez dimensões proposta pelo SINAES, as quais neste estudo são denominadas indicadores de avaliação da IES.

A autoavaliação interna é realizada por Comissões Institucionais de Avaliação, especificamente, de Comissão Própria de Avaliação (CPA), cujas atribuições são descritas na próxima seção.

As avaliações externas são realizadas *in loco*, conduzidas por comissão de avaliadores indicadas pelo INEP, seja para processo de autorização de curso, reconhecimento de cursos, renovação de reconhecimento de curso, credenciamento de IES e renovação de credenciamento de IES.

Nos casos de autoavaliação interna ou externa, as dez dimensões institucionais consideradas no processo de avaliação são (INEP, 2015):

1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão.
3. Responsabilidade social da IES.
4. Comunicação com a sociedade.
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo.
6. Organização de gestão da IES.
7. Infraestrutura física.
8. Planejamento de avaliação.
9. Políticas de atendimento aos estudantes.
10. Sustentabilidade financeira.

A partir de 2014, as dez dimensões citadas foram agrupadas em cinco eixos temáticos, de acordo com a Nota Técnica nº 14 e 065, da CONAES<sup>2</sup>.

Os eixos temáticos são:

---

<sup>2</sup> Nota Técnica nº 14 do INEP/DAES/CONAES, de fevereiro de 2014 e Nota Técnica nº 065 do INEP/DAES/CONAES, de outubro de 2014.

- **Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional**, composto pela Dimensão 8 - planejamento de avaliação.
- **Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional**, composto pela Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Dimensão 3 - Responsabilidade social da IES.
- **Eixo 3 - Políticas Acadêmicas**, composto pela Dimensão 2 - Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade e Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos estudantes.
- **Eixo 4 - Políticas de Gestão**, composto pela Dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; Dimensão 6 - Organização de gestão da IES e Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira.
- **Eixo 5 - Infraestrutura Física**, composto pela Dimensão 7 - Infraestrutura física.

Dando continuidade aos instrumentos complementares, o Enade afere o padrão de qualidade da educação ofertada ao estudante. As provas são realizadas por área afins, com ciclo de três anos. Os estudantes são avaliados em duas fases, como ingressante e concluinte.

A avaliação é composta por três partes: informações socioeconômicas, conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos.

Os resultados contribuirão para o levantamento do Conceito Preliminar do Curso (CPC) importante para o processo de autorização e de reconhecimentos de cursos de graduação.

No caso das avaliações de cursos de graduação, estas são realizadas por comissões externas enviadas pelo MEC através do INEP. As avaliações são balizadas em três grupos de dimensões: (1) Organização Didático-Pedagógica; (2) Perfil do Corpo Docente e (3) Instalações físicas. Ao final da avaliação é apresentado o conceito da IES, variando de conceito 1 – inexistente ao conceito 5 – Excelente.

Na próxima seção, caracterizam-se as atribuições da Comissão Própria de Avaliação.

### **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um grupo de pessoas representantes de cada segmento da Comunidade Acadêmica e representante da Sociedade Civil. Para esse propósito, a CPA deve ser implantada na instituição mediante ato administrativo do dirigente máximo da IES. E na composição da comissão, deverá haver representação de todos os segmentos

constituintes da comunidade acadêmica (professores, alunos e técnico-administrativos) e representante da sociedade civil (SINAES, 2009).

A comissão, no aspecto jurídico, conforme disposto no art. 11, da Lei nº 10.861/2004, tem a responsabilidade, no âmbito interno, de realizar a avaliação das IES públicas e privadas (SINAES, 2009).

Entre as principais atribuições da CPA, além da organização da avaliação interna, destacam-se:

Coordenar os debates, acompanhar sua execução, assegurar a unidade entre os diversos setores, garantir rigor, efetuar a edição final dos documentos, auxiliar na identificação dos problemas, das potencialidades e das ações que devem ser empreendidas, promover estratégias de sensibilização e de informação permanente, buscando sempre a criação e a consolidação de uma cultura de avaliação permanente, rigorosa e efetiva para o desenvolvimento institucional (SINAES, 2009, p. 114).

A CPA, como órgão autônomo perante os órgãos colegiados da IES, deve realizar anualmente a avaliação interna da instituição, de forma que as dez dimensões institucionais distribuídas entre os cinco eixos temáticos possam ser avaliadas e fazer parte dos relatórios parciais, de acordo com orientações das Notas Técnicas 014 e 065/2014 (INEP, 2014; CONAES, 2014).

Na próxima seção, são apresentados os resultados e as discussões acerca dos dados levantados do estudo de caso realizado.

## **METODOLOGIA**

A seção tem como objetivo descrever o percurso metodológico utilizado para a realização do estudo de caso delineado a uma faculdade privada localizada em um município do interior de Minas Gerais, no período de 2012 a 2014. Para isso, adotou-se a classificação metodológica proposta por Bertucci (2011), descrita na obra, “Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC)”.

Assim, a pesquisa quanto ao tipo foi descritiva. Esse tipo de pesquisa, conforme Bertucci (2011), permite ao pesquisador apresentar características, de forma descritiva, do objeto de investigação. Neste estudo, foram descritas as contribuições da avaliação institucional para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais oferecidos pela IES.

A pesquisa quanto à técnica e/ou seu delineamento foi constituída por pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 183), “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais”. Neste estudo, foram utilizadas obras sobre avaliação institucional (DIAS SOBRINHO, 2003; SINAES, 2009) e legislação educacional (BRASIL, 2014), assim como, artigos científicos pesquisados no portal Periódicos CAPES e da biblioteca virtual da Unisa.

De acordo com Tozoni-Reis (2009, p. 30), a pesquisa documental “tem como principal característica o fato de que a *fonte de dados*, o campo onde se procederá a coleta de dados, é um *documento* (histórico, institucional, associativo, oficial etc.)”. Os documentos utilizados foram compostos por relatórios de avaliação institucional dos anos de 2012, 2013 e 2014; livro de registro de atas.

O estudo de caso, de acordo com Gil (2010, p. 37) “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

O estudo de caso, conforme Bertucci (2011) é de natureza qualitativa, embora possa envolver dados quantitativos.

Gil (2010, p. 38) afirma que uma restrição ao estudo de caso “refere-se à dificuldade de generalização”, dos resultados. Neste estudo, o caso foi delimitado a uma faculdade privada, no contexto da avaliação institucional nos anos de 2012, 2013 e 2014.

A faculdade está localizada em um município da região do Alto São Francisco, Estado de Minas Gerais.

A instituição foi fundada há quarenta anos e tem como mantenedora uma instituição estabelecida na cidade de São Paulo, capital. Atualmente, a faculdade tem cinco cursos de graduação na modalidade presencial, sendo três cursos de bacharelado nas áreas de administração, ciências contábeis e farmácia; um curso de licenciatura em ciências biológicas e um curso de graduação tecnológica em gestão financeira. Oferece também dois cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de administração e de farmácia.

O quadro administrativo da IES em 2014 era constituído por 24 funcionários, 62 professores. Já o quadro de clientes foi composto por 298 alunos nos cursos de graduação e 30 nos cursos de pós-graduação.

A unidade de análise quanto à forma de organização administrativa é constituída por IES privada e quanto à forma de organização acadêmica, por faculdade. Sua estrutura organizacional é composta por: Conselho Superior; Diretoria; Coordenadoria Acadêmica;

Instituto Superior de Educação; Conselho de Curso; Coordenadoria de Curso; Comissão Própria de Avaliação – CPA; Núcleo Docente Estruturante.

Dos órgãos citados, a CPA contribuiu para a pesquisa ao disponibilizar os relatórios de autoavaliação e de livro de registro de atas.

A coleta de dados foi realizada em duas formas: de dados primários e de dados secundários. Os dados primários foram levantados através de análise de documentos (relatórios de autoavaliação – 2012 a 2014 e de registro de reuniões mediante livro de atas).

Os dados secundários foram levantados principalmente em livros sobre avaliação, cujas fontes principais foram: Avaliação, de José Dias Sobrinho, edição de 2003; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação, edição de 2009.

Com relação aos critérios para tratamento e análise de dados, utilizou-se a análise de conteúdo para dados qualitativos. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), na pesquisa qualitativa, “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. [...] É descritiva.”

Entende-se por análise de conteúdo, de acordo com Weber (1990)<sup>3</sup> *apud* Roesch (1999, p. 169), o procedimento em que o pesquisador, diante de dados qualitativos obtidos a partir de textos levantados de entrevistas ou em documentos, classifica o conteúdo através “palavras, frases, ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdos”. Desta forma, os dados levantados da pesquisa documental e das entrevistas foram tratados mediante análise de conteúdo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta seção apresenta os resultados e as discussões referentes aos dados levantados em campo por meio de análise documental.

A apresentação dos resultados e as discussões pertinentes são realizadas, na seguinte ordem: (i) Resultados das dimensões institucionais e os resultados globais da avaliação interna da IES no período de 2012 a 2014; (ii) Dados acerca dos pontos fracos da avaliação entre 2012 a 2014; (iii) Dados referentes às ações adotadas pela IES diante dos pontos fracos no período delimitado.

---

<sup>3</sup> Cf. WEBER, R. P. **Basic content analysis**. Newbury Park: Sage, 1990.

A análise documental foi realizada em dois momentos, que foram: no primeiro, a partir de consulta dos relatórios de avaliação interna, levantaram-se os índices das dimensões institucionais e os resultados globais da avaliação e os pontos fracos correspondentes aos anos de 2012, 2013 e 2014; no segundo, fez-se consulta ao livro de registro de atas para verificar ações adotadas pela faculdade diante dos pontos fracos.

Para a avaliação das dimensões institucionais, foram considerados os valores numéricos de cada dimensão, de acordo com o Programa de Autoavaliação Institucional (PGAI) da IES. Tais dados correspondem a índices de valores distribuídos em uma classe de intervalo de resposta e seus respectivos conceitos (**QUADRO 1**), que darão base para interpretar o resultado final da avaliação no âmbito das dimensões específicas e de dimensões gerais.

Os valores são calculados com base em médias aritméticas e médias ponderadas. As primeiras, para cálculo de cada dimensão e as segundas, para cálculo global, conforme consta no programa de avaliação da IES (FASF, 2014a).

**Quadro 1** - Classes de intervalos para atribuição do conceito final de cada dimensão.

<b>CLASSES DE INTERVALOS DE RESPOSTAS</b>	<b>CONCEITO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
$0 \leq D(n) < 0,5$	<b>1</b>	<b>NÃO EXISTENTE</b>
$0,5 \leq D(n) < 2,0$	<b>2</b>	<b>INSUFICIENTE</b>
$2,0 \leq D(n) < 3,5$	<b>3</b>	<b>SUFICIENTE</b>
$3,5 \leq D(n) < 4,5$	<b>4</b>	<b>MUITO BOM/MUITO BEM</b>
$4,5 \leq D(n) \leq 5,0$	<b>5</b>	<b>EXCELENTE</b>

Fonte: FASF (2014a, p. 37)

Menciona-se que as dimensões específicas correspondem às dez dimensões institucionais propostas pelo SINAES no art. 3º, da Lei nº 10.861/2004. Já as dimensões gerais são exclusivas da IES e são constituídas por quatro segmentos: Segmento Serviços Administrativos; Segmento Curso; Segmento Corpo Docente e/ou Corpo Técnico-administrativo; e Segmento Relações Sociais (FASF, 2014a).

A partir de levantamento de informações sobre os resultados das dez dimensões institucionais constantes nos relatórios de autoavaliação dos anos de 2012 a 2014, referentes à da faculdade pesquisada, chegou-se aos resultados descritos na **Tabela 1**.

**TABELA 1** – Dados das dimensões institucionais no período de 2012 a 2014.

DIMENSÕES INSTITUCIONAIS	ANO-BASE		
	2012	2013	2014
D1 - Missão e PDI	2,70	2,65	3,19
D2 - Políticas ensino, pesquisa, extensão	2,30	2,65	2,63
D3 - Responsabilidade social	3,30	3,70	3,55
D4 - Comunicação com a sociedade	3,30	3,52	3,13
D5 - Políticas de pessoal	3,10	2,97	3,10
D6 - Organização e gestão da instituição	3,30	3,60	3,43
D7 - Infraestrutura física	3,80	3,80	3,85
D8 - Planejamento institucional	3,60	3,73	3,82
D9 - Políticas atendimento aos discentes	3,30	3,51	2,94
D10 - Sustentabilidade financeira	-	-	-

Fonte: FASF (2013a, p. 77); FASF (2014b, p. 48), FASF (2015a, p. 55).

Seguem-se os resultados das dimensões gerais.

**TABELA 2** – Dados das dimensões gerais no período de 2012 a 2014.

DIMENSÕES GERAIS	ANO-BASE		
	2012	2013	2014
1 - Segmento Setores Administrativos	3,80	4,14	4,13
2 - Segmento Curso*	3,50	3,62	3,95
3 - Segmento Professores/Funcionários*	3,90	4,03	3,95
4 - Segmento Relações Sociais	4,10	4,32	4,29

Fonte: FASF (2013a, p. 83); FASF (2014b, p. 52-56), FASF (2015a, p. 63).

\* Em 2014, os segmentos Curso, Professores e Funcionários foram avaliados no mesmo grupo (Eixo 7).

A partir dos dados das **Tabelas 1 e 2**, chega-se aos resultados globais da autoavaliação do período (**TABELA 3**).

**TABELA 3** – Resultado Global da Autoavaliação da IES – 2012 a 2014.

DIMENSÕES	2012	2013	2014
Dimensões específicas	2,92	3,099	3,322
Dimensões gerais	3,77	3,933	4,008
<b>Resultado Global</b>	<b>3,35</b>	<b>3,516</b>	<b>3,665</b>

Fonte: FASF (2013a, p. 84); FASF (2014b, p. 60); FASF (2015a, p. 66).

Observa-se, na **Tabela 3**, que o resultado global da autoavaliação no ano de 2012 foi (3,35); em 2013 foi (3,516) e em 2014 foi (3,665).

Assim, ao comparar os índices correspondentes aos resultados globais da autoavaliação interna (**TABELA 3**) com as classes de intervalos de respostas e respectivos conceitos



constantes no **Quadro 1**, constata-se que em 2012 o conceito foi **Suficiente** (3,35) e **Muito Bom** em 2013 (3,516) e 2014 (3,665), cuja média do ciclo corresponde ao índice (3,510), representando o conceito **Muito Bom**.

Constata-se também, uma elevação dos índices no ciclo, variando de 3,35 (em 2012) para 3,665 (em 2014). Isto permite concluir que a partir dos resultados da autoavaliação interna, numa visão global (**TABELA 3**), houve melhoria nas dimensões institucionais, porém, numa visão individualizada (**TABELA 1**) entre as dez dimensões institucionais, duas conclusões são relevantes, que foram:

- primeira conclusão: há dimensões com índices de respostas acima do valor 3,50 representando conceito **Muito Bom**; que foram: a dimensão D3 em 2012; as dimensões D3, D4, D6, D7, D8 e D9 em 2013); as dimensões D3, D7 e D8 em 2014; portanto, representam pontos fortes caracterizadores de melhoria dos serviços prestados pela IES.
- segunda conclusão: há dimensões com índices de respostas abaixo do valor 3,50 representando conceito **Suficiente** e, principalmente, porque estão abaixo do índice 3,0 a saber: em 2012 (D1, D2); em 2013(D1, D2, D5) e em 2014 (D9); precisando, portanto, de maior atenção por parte dos dirigentes da IES porque representam pontos fracos.

Pelos resultados descritos, observa-se que houve aumento nos valores dos índices, o que indica haver melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pela IES aos seus clientes.

No entanto, há índices classificados como **Suficiente** e que precisavam melhorar. Tais índices foram denominados de fragilidades (pontos fracos). E para serem transformados em potencialidades, a CPA reuniu com representantes de setores administrativos da IES e definiu um Plano de Ação e Previsão de Atividades correspondente ao Balanço Crítico acerca dos resultados da Autoavaliação Institucional dos anos de 2012, 2013 e 2014. Os resultados são apresentados a seguir nos **Quadros 2, 3 e 4**.

**Quadro 2** – Fragilidades identificadas na IES a partir dos resultados da autoavaliação interna (em 2012).

<b>Nº</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Ação Proposta</b>	<b>Situação</b>
<b>1)</b>	D1	- Implantar Política de Pesquisa	Em Andamento
<b>2)</b>	D2	- Divulgar ações Ensino-Pesquisa-Extensão.	Executada

3)	D3	- Divulgar ações de Responsabilidade Social e reestruturar Dia de Responsabilidade Social.	Executada
4)	D4	- Integrar Dia de Responsabilidade Social - Melhorar atuação Assessoria Comunicação	Executada Não Executada
5)	D5	- Elaborar cartilha informativa sobre benefícios recebidos por professores e funcionários	Em Andamento
6)	D6	- Disponibilizar o site da FASF informações sobre normas ABNT; Regulamento Biblioteca.	Executada
7)	D7	- Cobrar da Mantenedora aquisição de bibliografia para curso de Farmácia	Em Andamento
8)	D8	- Divulgar resultados avaliação institucional	Executada
9)	D9	- Melhorar atendimentos dispensados aos alunos e divulgar ações de coordenações de cursos	Em Andamento

Fonte: FASF (2013b).

A base para a implantação das ações propostas no **Quadro 2** foram estabelecidas em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2013, de acordo com as fragilidades identificadas nos resultados da autoavaliação interna. Após as discussões e o estabelecimento de ações, fez-se a avaliação de cada meta traçadas. Verificou-se que entre as dez ações propostas, cinco foram executadas, quatro estavam em andamento e uma não foi executada, porém, previstas para o ano de 2013 (FASF, 2013b).

Portanto, os dados indicam que a IES transformou fragilidades em potencialidades.

No **Quadro 3**, são descritas as fragilidades identificadas em 2013.

**Quadro 3** – Fragilidades identificadas na IES a partir dos resultados da autoavaliação interna (em 2013).

(Continua)

Nº	Dimensão	Ação Proposta	Situação
1)	D1	- Elaborar Informativo (formato digital) para divulgar ações à comunidade acadêmica.	Executada
2)	D2	- Verificar a situação do Plano de Carreira Docente junto ao Ministério do Trabalho	Em Andamento
3)	D3	- Comunicar em jornais, rádios ações de Responsabilidade Social.	Em Andamento
4)	D4	- Divulgar ações de Responsabilidade Social junto à comunidade acadêmica.	Executada
5)	D5	- Verificar a implantação de Plano Carreira para funcionários.	Não executada

Fonte: FASF (2014c).

**Quadro 3** – Fragilidades identificadas na IES a partir dos resultados da autoavaliação interna (em 2013).

(Continuação)

Nº	Dimensão	Ação Proposta	Situação
----	----------	---------------	----------

6)	D6	- Incentivar, junto à comunidade acadêmica, a participação em órgãos acadêmico-administrativos.	Executada
7)	D7	- Iluminar gramado e quadra de esportes; revisar instalações, biblioteca; cobrar junto à mantenedora a atualização de acervo de cursos.	Em Andamento
8)	D8	- Continuar a Divulgar resultados avaliação institucional	Em Andamento
9)	D9	-	-

Fonte: FASF (2014c).

As ações propostas no **Quadro 3** foram estabelecidas em reunião do dia 10 de dezembro de 2014 pelos responsáveis por setores administrativos. E entre as oito ações propostas constatou-se que três foram executadas, quatro estavam em andamento e uma não foi executada, porém, previstas para o ano de 2014 (FASF, 2014c).

Constatou-se, portanto, que parte das fragilidades (três) foi potencializada e quatro foram redirecionadas para sua conclusão em 2015. Isto demonstra a importância da autoavaliação interna para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais oferecidos.

Em 2014 foram identificadas as fragilidades descritas no **Quadro 4**.

**Quadro 4** – Fragilidades identificadas na IES a partir dos resultados da autoavaliação interna (em 2014).

(Continua)

Nº	Eixos	Ação Proposta	Situação
1)	Eixo 1: D8	- Comunicar semestralmente resultados avaliações de cursos.	Em andamento
2)	Eixo 2: D1 e D3	- Criar informativo PDI sobre ações dos anos 2013, 2014 e 2015 (D1); Realizar mensalmente <i>happy-hour</i> entre funcionários (D3).	Executada
3)	Eixo 3: D1;D4;D9	- Escolher nome Revista Científica (D2); - Continuar divulgação de Eventos Acadêmicos (D4); - Criar Ouvidoria por curso via e-mail.	Executada Executada Em Andamento
4)	Eixo 4: D5;D6; D10	- Verificar situação Plano Carreira Docente e da implantação Plano Carreira Funcionários (D5). - Incentivar participação comunidade acadêmica em órgãos acadêmico-administrativos (D6). - Comunicar à Mantenedora sobre importância avaliação dimensão 10 (D10).	Executada Em Andamento Executada
5)	Eixo 5: D7	- Trocar aparelho <i>wifi</i> EaD; - Informar professores sobre uso Lab. Informática.	Executada Executada

Fonte: FASF (2015b).

**Quadro 4** – Fragilidades identificadas na IES a partir dos resultados da autoavaliação interna (em 2014).

(Continuação)

Nº	Eixos	Ação Proposta	Situação
----	-------	---------------	----------

6)	Eixos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar Mostra de Profissões, conforme os cursos graduação.</li> <li>- Implantar Projeto Cultural FASF (EmCena).</li> <li>- Continuar treinamento funcionários.</li> <li>- Divulgar semestralmente lista de curso de qualificação profissional junto aos funcionários.</li> </ul>	<p>Em Andamento (2016)</p> <p>Executada</p> <p>Executada</p> <p>Em Andamento (2016)</p>
----	--------------	---	---

Fonte: FASF (2015b).

A base para a implantação das ações propostas no **Quadro 4** foram estabelecidas em reunião realizada no dia 02 de dezembro de 2015, de acordo com as fragilidades identificadas nos resultados da autoavaliação interna. Após as discussões e o estabelecimento de ações, fez-se a avaliação de cada meta traçada.

Verifica-se que dentre as quatorze ações propostas, nove foram executadas e cinco estavam em andamento e/ou com previsão de conclusão em 2016 (FASF, 2015b).

Observa-se, portanto, que os dados considerados fragilidades foram potencializados mediante as ações propostas, o que sugere melhoria na qualidade do ensino ofertado.

No próximo capítulo, são apresentadas as conclusões deste artigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi verificar, sob o ponto de vista das dez dimensões institucionais, conforme o art. 3º, da Lei nº 10.861/2004 (SINAES), a contribuição da autoavaliação interna para melhoria da qualidade dos serviços educacionais em uma faculdade privada, localizada em um município do interior de Minas Gerais, no período de 2012 a 2014, a fim de responder ao seguinte questionamento: como os resultados da autoavaliação interna ajudam a melhorar a qualidade dos serviços prestados por uma IES?

A partir dos resultados discutidos, chegou-se às conclusões: houve melhoria nos índices dos resultados globais da autoavaliação interna, passando de 3,35 (**Suficiente**) em 2012 para 3,665 (**Muito Bom**) em 2014. Todavia, no período citado foram identificadas fragilidades (**QUADROS 2, 3 e 4**), porém, partes delas foram potencializadas em pontos fortes em decorrência do cumprimento das metas estabelecidas mediante reuniões entre a CPA e responsáveis por setores administrativos da IES.

Conclui-se, portanto, que os resultados da autoavaliação interna da IES contribuíram para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais, porque as fragilidades foram transformadas em pontos fortes mediante ações administrativo-acadêmicas, definidas por

representantes de órgãos da IES. Isto permite responder a questão de investigação: a autoavaliação interna, realizada anualmente, permitiu à IES conhecer, mediante a avaliação das dez dimensões institucionais, por parte da comunidade acadêmica, os pontos fracos que comprometiam a qualidade dos serviços ofertados? E a partir da percepção das fragilidades, traçaram-se metas com data, responsáveis para cumpri-las. Tais ações potencializaram fragilidades em pontos fortes, contribuindo, portanto, para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais, o que ratifica a importância da autoavaliação interna consoante às deliberações do SINAES.

## REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.773. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **D.O.U.** 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92. Brasília: Senado Federal / SET, 2012.

BRASIL. **LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados / Edições da Câmara, 2014.

CONAES. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065**: roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <<http://www.cpa.ufscar.br/documentos/arquivos/pdf/regulamentacao-e-legislacao/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014.pdf>>; Acesso em: 14 set. 2015.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FASF. **Relatório de autoavaliação institucional (2012)**. Luz: FASF, 2013 a. Disponível em: <[http://www.fasf.edu.br/files/Rel\\_Aval\\_Instit\\_2012.pdf](http://www.fasf.edu.br/files/Rel_Aval_Instit_2012.pdf)>; Acesso em: 18 out. 2015.

FASF. (2013b). Comissão Própria de Avaliação. **Ata da reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2013**. Ata nº 47/2013.

FASF. **Programa de Autoavaliação Institucional**. Luz: FASF, 2014 a.

FASF. **Relatório de autoavaliação institucional (2013)**. Luz: FASF, 2014b. Disponível em: <[http://www.fasf.edu.br/files/Rel\\_Aval\\_Instit\\_2013.pdf](http://www.fasf.edu.br/files/Rel_Aval_Instit_2013.pdf)>; Acesso em: 18 out. 2015.

FASF. (2014c). Comissão Própria de Avaliação. **Ata da reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2014**. Ata nº 61/2014.

FASF. **Relatório de autoavaliação institucional (2014)**. Luz: FASF, 2015 a. Disponível em: <[http://www.fasf.edu.br/files/Rel\\_Aval\\_Instit\\_2014.pdf](http://www.fasf.edu.br/files/Rel_Aval_Instit_2014.pdf)>; Acesso em: 18 out. 2015.

FASF. (2015b). Comissão Própria de Avaliação. **Ata da reunião realizada no dia 2 de dezembro de 2015**. Ata nº 73/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. **Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC**: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <[http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Nota\\_Tecnica\\_14-2014\\_,\\_Novo\\_Instrumento\\_Aval-Inst.,\\_Cred\\_e\\_Recred-Fev2014.pdf](http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Nota_Tecnica_14-2014_,_Novo_Instrumento_Aval-Inst.,_Cred_e_Recred-Fev2014.pdf)>; Acesso em: 14 set. 2015.

INEP. Portal do INEP. **Educação superior – SINAES**. (2015). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>; Acesso em: 25 set. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGHEL, Stela M.; ROBL, Fabiane; SILVA, Tattiana T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na educação superior: elementos para o debate. **Educ. Rev.** [online]. Curitiba, n. 28, p. 89-106, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a07n28.pdf>>; Acesso em: 04 set. 2015.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 5. ed. rev. ampl. Brasília: INEP, 2009.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Avaliação da educação superior no Brasil**: do Provão ao ENADE. (2005). Disponível em: <<http://www.isp.ufba.br/avaliacao%20da%20Ed%20Superior%20do%20Provao%20ao%20ENADE.pdf>>; Acesso em: 26 ago. 2015.